



REGULAMENTO DA INTERBOLSA N.º 4/2010 – altera o Regulamento da Interbolsa n.º 10/2003 relativo à Codificação ISIN

Ao abrigo do disposto no artigo 34.º do Regulamento da CMVM n.º 14/2000, e de acordo com as competências que lhe são atribuídas pela alínea a) do n.º 2 do artigo 18.º aplicável por força do disposto no n.º 1 do artigo 46.º, ambos do Decreto-Lei n.º 357-C/2007, de 31 de Outubro, o Conselho de Administração da INTERBOLSA – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A. (INTERBOLSA), deliberou aprovar o seguinte regulamento:

Artigo 1.º

São alterados os artigos 5.º, n.º 2, alínea f), 8.º, n.º 2, alíneas f) e h), 10.º, n.º 1 e 12.º do Regulamento da Interbolsa n.º 10/2003, o qual passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 5.º

(...)

1.(...)

2.(...)

a) (...)

b) (...)

c) *Revogada*

d) (...)

e) (...)

f) Quaisquer outros documentos ou informações que a Interbolsa entenda dever solicitar.

3.(...)

4.(...)

5.(...)

6.(...)

Artigo 8.º

(...)

1.(...)

a) (...)

b) (...)

2.(...)

a) (...)

b) (...)

c) (...)

d) (...)

e) (...)

f) No aumento de capital, por incorporação de reservas sem alteração da quantidade de acções;

g) (...)

h) Nas operações de alteração da quantidade de valores mobiliários emitida sem modificação do capital social ou emissão (*stock split* e *reverse stock split*).



Artigo 10.º
(...)

1. Os códigos alterados e cancelados, nos termos dos artigos 8.º e 9.º, não podem ser reutilizados antes do decurso de um período de salvaguarda mínimo de dez anos, sendo que, tratando-se de códigos atribuídos a futuros, opções ou instrumentos financeiros de curto prazo (mercado monetário), o referido período será de um ano.

2. (...)

Artigo 12.º
(...)

1. As comissões a cobrar pela Interbolsa pela prestação de informação relativamente aos códigos ISIN atribuídos constam da Tabela I, anexa ao presente regulamento e que dele faz parte integrante.

2. A cobrança efectua-se:

a) Se o requerente for um intermediário financeiro filiado no(s) sistema(s) gerido(s) pela Interbolsa, por débito em conta directamente aberta no TARGET2 ou, indirectamente através de um outro intermediário financeiro, no dia 8 do mês seguinte ao da data de fornecimento da informação;

b) Nos restantes casos, por débito directo em conta ou por transferência bancária, à data do fornecimento da informação;

c) Relativamente às assinaturas anuais, de acordo com o estabelecido entre a Interbolsa e o cliente.

Artigo 2.º

São revogados a alínea c), do n.º 2 do artigo 5.º e o n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento da Interbolsa n.º 10/2003.

Artigo 3.º

É aditado um n.º 5 ao artigo 3.º do Regulamento da Interbolsa n.º 10/2003, bem como a Tabela I como anexo ao referido regulamento, com a seguinte redacção:

Artigo 3.º
(...)

1. (...)

a) (...)

b) (...)

c) (...)

2. (...)

3. (...)

4. (...)



5. As regras contidas nos números anteriores relativas à estrutura do código base referido na alínea b) do n.º 1, podem não se aplicar sempre que as circunstâncias e as especificidades do valor mobiliário a codificar exijam uma diferente codificação.

ANEXO

TABELA I – Codificação ISIN

Serviço	Preço	Descrição
Subscrição do serviço de informações ISIN	€3.000 /ano	Ficheiro com todos os códigos ISIN à data do pedido e respectivas actualizações diárias
	€1.500 /ano	Ficheiro com todos os códigos ISIN à data do pedido e respectivas actualizações semanais
Ficheiro ISIN	€120	Ficheiro com todos os códigos ISIN à data do pedido
Informação sobre código ISIN	€10	Por código ISIN, informação sobre a ficha técnica do valor mobiliário/instrumento financeiro em causa

Artigo 4.º

É revogado o Aviso da Interbolsa n.º 562/2003.

Artigo 5.º

O presente Regulamento entra em vigor em 14 de Junho de 2010.

Interbolsa
O Conselho de Administração